



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006922-06.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO**
 Requerido: **Rinaldo Hernani Caetano**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO pediu a condenação de RINALDO HERNANI CAETANO ao pagamento da importância de R\$ 13.118,93, correspondente ao valor de mensalidades escolares que deixou de pagar.

Citado, o réu não contestou o pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319).

Demais disso, os documentos juntados comprovam a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação do réu, de pagar o valor cobrado.

Analisando o cálculo apresentado pela autora (fls.02), os encargos moratórios aplicados às mensalidades não pagas estão compatíveis com a legislação.

No entanto, falta amparo legal à inclusão de verba honorária de 20%, unilateralmente imposta pela autora, porquanto a fixação constitui tarefa de quem preside o processo. E esta parece abusiva, pois mais razoável estabelecer 10%, perante a mínima complexidade da causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno o réu a pagar para a autora o valor atinente às mensalidades cobradas, com correção monetária e juros moratórios subsequentes àqueles já contabilizados na planilha de cálculo que instruiu a petição inicial, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona da autora, fixados em 10% do valor da dívida.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de março de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**